

# FORUM das seis

STU  
Sintusp  
Sinteps  
Sintunesp  
Adunicamp  
Adusp-S.Sind.  
Adunesp-S.Sind.

## RELATO DA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO FÓRUM DAS SEIS E CRUESP DE 13/10/04

A reunião de 13/10 entre Fórum e Cruesp discutiu o último ponto da Pauta Unificada de Reivindicações: *a expansão de vagas e contratação de docentes e funcionários*. Com a participação de todas as entidades do Fórum, dos estudantes das três universidades, do Andes-SN e da Fasubra a reunião iniciou às 16:35h e terminou às 21h.

Antes de entrar na pauta, o Fórum solicitou informações sobre a situação do CEETEPS (Ofício 006/04), ainda não respondido e sem uma posição definitiva, e agendamento de reunião técnica para final de novembro, proposta aceita pelo Cruesp.

O Fórum apresentou ao Cruesp a sua posição de discutir a expansão no contexto de políticas públicas, pautado nos Plano Nacional de Educação (Proposta da Sociedade Brasileira) e Plano Estadual de Educação (Proposta da Sociedade Paulista). Assim, indagou ao Cruesp qual a sua posição frente ao documento do referido Conselho de Reitores de 2001, que deu origem, na Assembléia Legislativa, à atual expansão do ensino público superior paulista.

Os reitores, Brito e Melfi que não eram reitores em 2001, apresentaram suas restrições - e de seus respectivos Conselhos Universitários - ao documento, alegando que do conjunto de seis proposições somente duas se concretizaram (expansão nos cursos existentes e abertura de novos cursos). O reitor Trindade foi o único que defendeu o documento, afirmando que a ALESP cometeu um erro tático ao tratar dos cursos seqüenciais.

O Fórum solicitou a complementação dos dados das planilhas referentes à expansão no que se referia aos recursos recebidos pelos Programas Especiais de Formação de Professores (PEC-Formação Universitária, Pedagogia Cidadã e Programa Especial de Formação de Professores na Unicamp); campus da Zona Leste e Limeira. Os esclarecimentos em parte foram feitos.

a) **Zona Leste:** a USP fez uma pesquisa sobre o perfil de cursos que deveriam existir na região, o governo liberou para essa expansão 5 milhões (2003), 48,3 milhões (2004) e 34 milhões (2005), sendo destinados 9 milhões à assistência estudantil. O orçamento geral é de 126 milhões para 1.020 vagas, estando previstos 53 milhões para infra-estrutura a contratação de 264 docentes e 150 funcionários, tendo um impacto de 1,3% no orçamento da USP. Vale ressaltar que esses recursos já foram disponibilizados e os cursos somente começarão no ano de 2005. Além disso, a USP recebeu cerca de 37 milhões nos últimos 3 anos para a ampliação de vagas nos cursos já existentes e para cursos novos criados em Unidades já consolidadas.

b) **Programas Especiais de Formação de Professores (PEC-Formação Universitária, Pedagogia Cidadã e Programa Especial de Formação de Professores na Unicamp):** o Reitor Trindade informou que a Unesp recebeu pelo PEC-Formação Universitária R\$ 13.455.700,00. O projeto Pedagogia Cidadã recebeu cerca de 17 milhões e é sustentado pelos recursos das prefeituras. O Fórum denunciou a cobrança de mensalidades dos inscritos no Projeto Pedagogia Cidadã, pelas prefeituras, que foi confirmado pelo reitor, porém este informou que foram suspensos os convênios onde isso ocorria (Araçatuba e Presidente Prudente, sendo que há várias ações judiciais dessas prefeituras para retornar ao programa). Outra denúncia do Fórum foi o pagamento aos docentes em RDIDP, já que o Pedagogia Cidadã é um curso de graduação, receber por ministrar aulas na graduação é receber duas vezes pelo mesmo trabalho. Prof. Trindade alegou que a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) aprovou tal procedimento. A USP somente participou do PEC- formação universitária, sendo que recebeu cerca de R\$ 5.900.000,00 milhões que foram utilizados para compra de equipamentos e pagamento dos professores. A Unicamp lançou um

projeto de atendimento a formação de professores da rede pública, porém foi utilizada a verba destinada a expansão de vagas destinada pelo governo no ano de 2002.

**c) Campus de Limeira/Unicamp:** o reitor Brito informou que a proposta de expansão ainda está sendo elaborada por um Grupo de Trabalho, não está pronta e só haverá campus se houver os recursos necessários para a expansão.

Ficou evidente que as três Universidades deram tratamento diferente ao projeto de expansão. Na Unicamp foi privilegiado o investimento nas Unidades que expandiram vagas, porém a contratação de professores deveria ser garantida dentro do programa de reposição já existente na instituição, sem atrelar essas contratações à verba extra cota-parte, visto que não há garantia de incorporação da mesma. Na Usp a verba também foi destinada para o investimento e a contratação de professores e está garantida dentro do orçamento atual, além disso obteve um montante considerável para o Campus da Zona Leste, onde será necessário maior investimento. Na Unesp, a expansão nas Unidades Diferenciadas foi privilegiada quanto à destinação de recursos em relação a expansão nas unidades regulares, visto que maior recurso foi para onde se criou menos vagas, além disso os montantes previstos inicialmente não previam a expansão nas unidades regulares e foram liberados nos últimos dois anos abaixo do que é necessário para a implantação. A preocupação maior é com a garantia de verba definitiva para a manutenção do que já foi expandido, visto que não há mais condições orçamentárias para ampliar ainda mais nas três universidades. Isto porque os deputados e o governo consideram que o aumento da arrecadação de ICMS, percebida nos últimos anos, deverá gerar a verba para a manutenção da expansão, sem a necessidade de ampliar os recursos para as Universidades Públicas, ou seja, ampliar o percentual de 9,57% do ICMS. Desta forma, a manutenção do modelo das Universidades Paulistas está em perigo. Ainda outras preocupações foram reafirmadas pelo Fórum na reunião como: a necessidade de contratação de professores e funcionários por concurso público, a terceirização dos funcionários, a falta de recursos para a assistência estudantil, a expansão desenfreada no CEETEPS.

O Prof. Brito apresentou alguns princípios gerais sobre o tema:

- A necessária expansão, com qualidade, do ensino superior público no estado de São Paulo, financiada com recursos públicos do Estado e União.
- Contratação de docentes e funcionários por concurso público.
- A necessidade de um planejamento plurianual do sistema público superior paulista, que contemple vários aspectos (financiamento – agregando verbas estaduais e federais, demanda/expansão, acesso/permanência, regionalização, etc.). O Cruesp está trabalhando numa proposta que está sendo negociada junto ao governo Alckmin. Este plano deve ser discutido nas universidades e Assembléia Legislativa e transformado em lei.

Desta reunião ficou ainda uma preocupação maior, ou seja, se haverá recursos para a manutenção da expansão, que deve ser necessariamente, aprovados na Lei Orçamentária (LO) do Estado. O presidente do Cruesp afirmou que está encontrando sérias dificuldades nessa questão junto ao Governo Alckmin. O Cruesp está trabalhando com a proposta de 60 milhões para essa manutenção, porém sem retorno positivo por parte do governo. A não aprovação de recursos na LO trará uma situação insustentável para as universidades, especialmente para a Unesp, que expandiu 1.525 nos últimos três anos, criando 7 novos campi e obteve a menor parcela de recursos.

A campanha Salarial de 2004 representou um avanço, pois se conseguiu discutir o conjunto da Pauta Unificada de Reivindicações, com o objetivo de se construir critérios e diretrizes para elaboração de políticas públicas para o ensino superior, a serem implementadas gradativamente, demonstrando o compromisso dos trabalhadores e estudantes não somente com o aumento salarial e de verba, mas sim com a defesa do modelo de Universidade Pública de Qualidade e referendada socialmente. Porém ainda se faz necessário muita luta para manter as bandeiras históricas do movimento dos trabalhadores e estudantes das estaduais paulistas e do CEETEPS. Neste final de semestre, Contra as reformas: Universitária e Sindical Trabalhista, por garantia de verba na LO, contra os Decretos 48.034/03 (que trata da isenção do ICMS nas compras de mercadorias, bens e serviços pelo Estado) e 5.205/04 (que regulamenta a lei das fundações). A luta continua!!!